

PREENCHA SEU NOME COMPLETO E O SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME:

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

0 2 6 1

**CADERNO DE PROVAS**  
**NÃO ABRA ATÉ SER AUTORIZADO PELO FISCAL DE SALA**  
**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. Preencha, nos campos apropriados deste Caderno de Provas e do Cartão de Respostas, os seus dados pessoais.

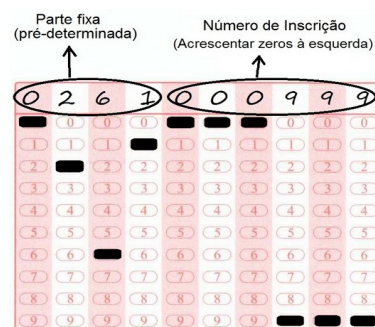
**ATENÇÃO!** Complete o campo **Número de Identificação** com seu Número de Inscrição, acrescentando zeros à esquerda, como no exemplo abaixo (para o Número de Inscrição 999):

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

0 2 6 1 0 0 0 9 9 9

No Cartão de Respostas, o quadro localizado na parte superior se destina à marcação do Número de Identificação, como na figura ao lado.

É proibida a colocação de qualquer outro tipo de identificação do candidato no Cartão de Respostas.



2. Não destaque folhas deste Caderno de Provas, sem que seja instruído expressamente para tanto.

3. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho, nem para texto definitivo de provas discursivas (aplicável às provas da Área de Direito).

4. Quando autorizado pelo fiscal de sala a iniciar o exame, abra este Caderno de Provas, conte suas folhas e verifique se o número apurado corresponde ao total de folhas indicado no rodapé. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer outro defeito, solicite ao fiscal de sala que tome providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

5. Não se comunique com outros candidatos, nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.

6. No intervalo de duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão de Respostas.

7. Transcreva as respostas das provas objetivas, utilizando caneta esferográfica azul ou preta, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção de questões objetivas.

8. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá preenchê-lo com seu Número de Identificação, observadas as seguintes orientações:

a) Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato, quando houver marcação rasurada, emendada, campo de marcação não preenchido integralmente ou que ultrapasse os limites do campo.

b) O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer outro modo, danificar o seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da

impossibilidade de realização da leitura óptica.

9. Os candidatos da Área de Direito também farão Provas Discursivas. Sobre elas atente para as seguintes orientações:

a) Destaque as Folhas de Respostas das Provas Discursivas do Caderno de Provas. Preencha, nessas Folhas de Respostas, SOMENTE seu número de inscrição.

b) Escreva suas respostas à caneta, em cada quadro apropriado, com letra legível, NÃO ULTRAPASSANDO os espaços concedidos.

c) Atente para as normas gramaticais e a ortografia estabelecida no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Na correção, serão observados os seus conhecimentos da Língua Portuguesa.

d) Não haverá substituição de Folhas de Respostas por erro do candidato.

e) O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer outro modo, danificar as Folhas de Respostas.

10. NÃO É PERMITIDA a colocação de qualquer indicação ou marca, que não o número de identificação do candidato, no Cartão de Respostas das Provas Objetivas e nas Folhas de Respostas das Provas Discursivas.

11. Ao terminar as provas, sinalize para o fiscal de sala e, quando autorizado, desloque-se até a mesa da fiscalização e devolva o Cartão de Respostas e as Folhas de Respostas (para as provas de Direito). Deixe o local de provas em silêncio.

12. A desobediência a qualquer uma das instruções constantes no Edital do Processo Seletivo Público, neste Caderno de Provas, ou no Cartão de Respostas, poderá implicar na anulação das suas provas.

**PROVA OBJETIVA (40 QUESTÕES)****GRUPO 1: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO (20 QUESTÕES)****1) Acerca do sigilo bancário e fiscal assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os agentes fiscais e tributários da União não podem solicitar às instituições financeiras informações bancárias de empresas, ainda que haja procedimento fiscal instaurado, pois se trata de matéria submetida a reserva de jurisdição.
- b) O art. 6º da Lei Complementar nº 105/01 não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, por meio do princípio da capacidade contributiva, bem como estabelece requisitos objetivos e o traslado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal
- c) É ilícito o compartilhamento promovido pela Receita Federal dos dados bancários por ela obtidos pelo permissivo legal ao término do procedimento fiscal quando verificada a prática em tese de infração penal, com a Polícia, podendo porém compartilhar tais informações com o Ministério Público.
- d) Operações financeiras que envolvam recursos públicos estão abrangidas pelo sigilo bancário que alude a Lei Complementar nº 105/2001, visto que se trata de direito fundamental.
- e) Estados Membros e Municípios podem obter as informações previstas no art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001 ainda que não tenham regulamentado a matéria de forma análoga ao Decreto nº 3.724/2001.

**2) Sobre o Capítulo IV da Constituição Federal ( Funções essenciais à justiça), assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) São princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- b) Lei Complementar da União e dos Estados estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observada a garantia da vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo o membro perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- c) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Advocacia Geral da União, observado o disposto em lei.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- e) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos

Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

**3) Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Compete aos Tribunais de Justiça, processar e julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.
- b) Compete ao Tribunal Regional Federal, processar e julgar em grau de recurso as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- c) Aos juízes federais compete processar e julgar crime em que figure indígena como autor ou vítima.
- d) Compete aos Tribunais Regionais Federais, processar e julgar, originariamente, as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- e) Cabe recurso das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que versem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais.

**4) A Constituição Federal PODERÁ ser emendada mediante proposta:**

- a) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) Do Procurador-Geral da República.
- c) De partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) Do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) De iniciativa popular, através de projeto de emenda subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**5) Assinale a atribuição do Presidente da República que ADMITE delegação aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União:**

- a) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- b) Conferir condecorações e distinções honoríficas.
- c) Extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.
- d) Nomear membros do Conselho da República.
- e) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

**6) Conforme previsão do art. 39, §3º, da Constituição Federal, NÃO se aplica aos servidores públicos o seguinte direito dos trabalhadores urbanos e rurais:**

- a) Salário mínimo.
- b) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- c) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- d) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- e) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

**7) Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Cada legislatura terá a duração de 1 (um) ano.
- b) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário.
- c) Cada Senador será eleito com dois suplentes.
- d) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- e) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria relativa de seus membros.

**8) Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais:**

- a) Defesa da paz.
- b) Independência nacional.
- c) Não-intervenção.
- d) Soberania.
- e) Solução pacífica dos conflitos.

**9) Acerca do Controle de Constitucionalidade assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A ação de descumprimento de preceito fundamental possui caráter subsidiário em relação a outras ações que podem vir a sanar a lesividade observada.
- b) Por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental, o Supremo Tribunal Federal pode realizar o controle abstrato de uma lei municipal em face da Constituição Federal.
- c) Conforme a legislação em vigor e o entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, lei federal pode ser objeto de controle concentrado no âmbito estadual.
- d) Poderá ocorrer modulação da decisão em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, desde que seja por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social e caso a decisão seja por maioria de 2/3 dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) Dentre os legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade estão: confederação sindical ou

entidade de classe de âmbito nacional, partido político com representação no Congresso Nacional e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

**10) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, conforme disposição expressa da Constituição Federal assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Não haverá prisão civil por dívida.
- b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 6 meses, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- c) Conceder-se-á habeas-data para a retificação de dados, apenas quando não se possa fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- d) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita a qualquer cidadão.
- e) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

**11) Assinale a alternativa que CONTENHA, respectivamente, um princípio do Direito Administrativo de controle de fim e um de controle de meio:**

- a) Legalidade e publicidade.
- b) Duração razoável e ampla defesa.
- c) Finalidade e isonomia.
- d) Moralidade e eficiência.
- e) Autotutela e impessoalidade.

**12) Acerca do assunto “poderes administrativos”, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A exigibilidade e a autoexecutoriedade estão presentes em todas as medidas de polícia.
- b) A autoridade que, no exercício do poder de polícia, se afastar da finalidade pública incidirá em desvio de poder e este ato admite convalidação.
- c) Ato praticado com excesso de poder sempre admite convalidação.
- d) No excesso de poder ocorre exagero e desproporcionalidade entre a situação de fato e a conduta praticada pelo agente, o que não ocorre no desvio de poder.
- e) Há o poder regrado quando a lei atribui certa competência à Administração Pública, reservando uma margem de liberdade que o agente público, diante da situação concreta, possa selecionar entre as opções pré-definidas qual a melhor para atender o interesse público.

**13) Acerca da organização administrativa, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Não detendo personalidade jurídica própria, os órgãos não podem ser acionados judicialmente para responder o

prejuízo causado por seus agentes.

b) A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, nem personalidade judiciária, não podendo demandar em juízo, ainda que para defender seus direitos institucionais.

c) Na centralização, as competências administrativas são distribuídas a pessoas jurídicas autônomas.

d) As pessoas jurídicas de direito público são criadas por lei, surgindo a personalidade jurídica com o registro em cartório.

e) As autarquias nunca exercem atividade econômica e não pagam nenhum tributo.

**14) Acerca do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99), assinale a alternativa CORRETA:**

a) A Lei nº 9.784/1999, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria.

b) Entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.

c) O processo administrativo se inicia apenas de ofício.

d) Podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.

e) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

**15) No que se refere à lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:**

a) Prescritas as demais pretensões punitivas, a cobrança de ressarcimento ao erário deduzida em ação própria deverá observar o rito especial da lei de improbidade.

b) Conforme jurisprudência do STJ, o pedido de indisponibilidade de bens do réu em ação de improbidade prescinde da demonstração de risco ou da prática de dilapidação patrimonial.

c) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato culposo tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

d) Uma vez aplicada pena administrativa por ato de improbidade que cause prejuízo ao erário, não poderá o agente sofrer sanções em processos penais ou cíveis decorrentes do mesmo fato.

e) Os atos praticados por agentes públicos que causem prejuízo ao erário só poderão ser considerados como atos de improbidade administrativa se causados mediante ação dolosa e consciente do autor.

**16) Acerca do controle da administração pública, assinale a opção CORRETA:**

a) Os órgãos integrantes do Poder Judiciário e o Ministério Público estão excluídos do controle externo exercido pelos tribunais de contas.

b) A reclamação para anular ato administrativo que confronte súmula vinculante é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa.

c) A atividade correicional do Tribunal de Justiça sobre os seus servidores e sobre os cartórios judiciais e extrajudiciais é exemplo de controle externo da Administração Pública.

d) O Poder Judiciário pode revogar atos praticados pelo Poder Executivo eivados de ilegalidade.

e) A administração pública pode revogar seus próprios atos eivados de vícios, ou ainda pelo judiciário, mediante provocação.

**17) Assinale a alternativa CORRETA:**

a) A teoria da reserva do possível é amplamente aceita pelos tribunais superiores, ainda que no contexto de ações que busquem impor ao poder público a obrigação de efetivar políticas públicas previstas em lei.

b) O prazo prescricional aplicável às ações de indenização contra a Fazenda Pública é de três anos.

c) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

d) A teoria adotada no Brasil sobre a responsabilidade civil do Estado é a teoria da culpa administrativa.

e) A responsabilidade estatal por atos legislativos somente é admitida quando haja previsão de indenização expressa na própria norma.

**18) Assinale a alternativa CORRETA:**

a) Entre os serviços públicos delegáveis estão a defesa nacional e a segurança interna.

b) Os serviços públicos somente podem ser prestados de modo coletivo, não sendo válida a prestação singular a destinatário individualizado.

c) A prestação de serviço público não se classifica como atividade econômica pela impossibilidade de se cobrar dos beneficiários o pagamento pela prestação individualizada do serviço.

d) Os serviços públicos devem ser contínuos e gratuitos.

e) O princípio da continuidade do serviço público não tem valor absoluto, tanto o é que a lei permite a interrupção do serviço em algumas situações.



**19) Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os atos discricionários da Administração Pública não se sujeitam a controle judicial.
- b) O motivo é requisito eventual do ato administrativo, só estando presente em atos administrativos complexos.
- c) Nos atos discricionários, a competência, o motivo e o objeto são elementos vinculados, enquanto a forma e a finalidade são elementos discricionários.
- d) Resoluções, deliberações e decretos são exemplos de atos administrativos normativos.
- e) Ato composto é aquele que põe fim a situações jurídicas individuais existentes.

**20) Assinale a alternativa CORRETA, acerca do tema servidores públicos e Lei nº 8.112/90:**

- a) A Administração Pública somente pode contratar servidor público sob o regime celetista nos casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) A nomeação para cargo em comissão depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- c) A Lei nº 8.112/90 é inaplicável a quem exerce cargo em comissão e não possui cargo efetivo.
- d) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
- e) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado no interesse da administração, desde que a aposentadoria tenha sido involuntária.

**GRUPO 2: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL (10 QUESTÕES)****21) Acerca da personalidade e da capacidade, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A personalidade civil da pessoa começa com a concepção e a lei põe a salvo os direitos do nascituro.
- b) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
- c) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- d) Far-se-á averbação em registro público os nascimentos, casamentos e óbitos.
- e) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

**22) Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O domicílio da pessoa jurídica é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- b) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio a mais antiga delas.
- c) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do

comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, no lugar que foi localizado antes de cumprir a sentença.

- d) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado apenas no Distrito Federal.
- e) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

**23) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- d) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país na data que oficialmente publicada.
- e) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.

**24) Conforme enunciados de súmulas do Superior Tribunal de Justiça, acerca do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas e entidades fechadas de previdência complementar.
- b) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, cabe indenização por dano moral, ainda quando preexistente legítima inscrição.
- c) Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
- d) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos de plano de saúde ainda que administrados por entidades de autogestão.
- e) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

**25) Sobre o tema de prescrição e decadência, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O prazo decadencial para exercício de pretensão condenatória, em danos morais, em razão de abandono afetivo somente se inicia a partir da maioridade do autor.
- b) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita; não pode o juiz, de ofício, conhecer da decadência convencional.
- c) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.
- d) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- e) Prescreve em 1 (um) ano a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

**26) Acerca das normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O processo começa por impulso oficial e se desenvolve por iniciativa da parte, salvo as exceções previstas em lei.
- b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, salvo no curso do processo judicial.
- c) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, não se aplicando essa regra à tutela provisória de urgência.
- d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- e) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a

solução integral do mérito, não incluída a atividade satisfativa.

**27) Sobre os limites da jurisdição nacional e a cooperação internacional, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Compete à autoridade judiciária brasileira, sem exclusão da autoridade jurisdicional estrangeira, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- b) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra autoridade jurisdicional estrangeira, conhecer de ações decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- c) A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e na ausência deste instrumento, não será admitida.
- d) Na cooperação jurídica internacional, o Ministério Público Federal exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica.
- e) A cooperação jurídica internacional terá por objeto colheita de provas e obtenção de informações, homologação e cumprimento de decisão, concessão de medida judicial de urgência.

**28) Assinale a alternativa CORRETA, conforme previsão do Código de Processo Civil:**

- a) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é indispensável.
- c) Será representado em juízo, ativa e passivamente, o Estado e o Distrito Federal, pelo governador e por seus procuradores.
- d) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- e) O juiz nomeará curador especial ao réu preso.

**29) Assinale a alternativa CORRETA, sobre o tema intervenção de terceiros:**

- a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte, não podendo ser requerido pelo Ministério Público.
- b) O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão recorrível mediante agravo de instrumento, de ofício ou a requerimento, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 10 (dez) dias de sua intimação.
- c) No chamamento ao processo, a sentença de

procedência valerá como título executivo em favor do réu que satisfizer a dívida, a fim de que possa exigi-la, por inteiro, do devedor principal, ou, de cada um dos codevedores, a sua quota, na proporção que lhes tocar.

d) O incidente de desconsideração é cabível no processo de conhecimento, não sendo admitido na execução de título executivo extrajudicial.

e) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente simples, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, ainda que prove que desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.

**30) Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os atos processuais que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação e união estável são públicos quando as partes forem maiores e capazes.
- b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) A desistência da ação produz efeito imediatamente.
- d) Os pronunciamentos do juiz consistem apenas em sentenças e despachos.
- e) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.

**GRUPO 3: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (10 QUESTÕES)****31) Sobre a Lei nº 9.613/98 (crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores), assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O delito de lavagem de dinheiro opera com um rol fechado de infrações anteriores, dentre as quais, tráfico de entorpecentes e tráfico de armas e munições.
- b) O delito de lavagem de dinheiro é punível na modalidade culposa.
- c) O processo e o julgamento dos crimes previstos nessa Lei são da competência da Justiça Federal.
- d) Para a apuração do crime de lavagem de dinheiro, admite-se a utilização da ação controlada e da infiltração de agentes.
- e) Os delitos previstos na Lei nº 9.613/98 admitem aplicação do benefício da suspensão do processo.

**32) Em conformidade com o Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O crime é culposo quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado.
- b) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um terço a um meio.
- c) Entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- d) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.
- e) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

**33) Sobre o tema aplicação da pena, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Inquéritos policiais e ações penais em curso são circunstâncias judiciais que podem agravar a pena-base.
- b) Na fixação da pena de multa, o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu, de forma que a multa pode ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.
- c) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- d) São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime contra criança, adolescente, maior de 70 (setenta) anos, enfermo ou mulher grávida.
- e) A incidência da circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

**34) No que se refere ao tema extinção da punibilidade, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena aplicada na decisão judicial.
- b) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos no Código Penal ou em legislação especial, a partir da data em que a vítima completar 16 (dezesseis) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.
- c) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, ainda que tenha sido aplicada pena privativa de liberdade de forma cumulada.
- d) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.
- e) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21

(vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 65 (sessenta e cinco) anos

**35) Conforme previsão do Decreto-Lei nº 201/67, acerca dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, assinale a opção que DESCREVE delito que é punido com pena de reclusão:**

- a) Desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas.
- b) Utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.
- c) Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
- d) Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei.
- e) Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.

**36) NÃO caberá recurso em sentido estrito da decisão que :**

- a) Receber denúncia ou queixa.
- b) Julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.
- c) Incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.
- d) Denegar a apelação ou a julgar deserta.
- e) Pronunciar o réu.

**37) De acordo com a Lei nº 9.296/96, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, não podendo requerê-lo a autoridade policial.
- b) A decisão que deferir a interceptação será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de cinco dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
- c) É admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida com pena de detenção.
- d) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.
- e) O juiz, no prazo máximo de quarenta e oito horas, decidirá sobre o pedido de interceptação de comunicação telefônica.

**38) Sobre a instrução criminal, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias
- b) O procedimento comum será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade
- c) O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença
- d) na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa, por fato imputado na denúncia
- e) O acusado preso será requisitado para comparecer ao interrogatório, devendo o poder público providenciar sua apresentação.

**39) Acerca do inquérito policial, assinale a opção CORRETA:**

- a) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, após esta fazer minucioso relatório, ainda que sejam necessárias novas diligências imprescindíveis para o oferecimento da denúncia.
- b) A autoridade policial está obrigada a realizar as diligências requisitadas pelo Ministério Público, pelo ofendido, pelo seu representante legal ou pelo indiciado.
- c) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- d) A autoridade policial poderá arquivar os autos de inquérito em hipóteses excepcionais.
- e) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, não pode a ação penal ser iniciada, ainda que existam novas provas.

**40) Sobre o tema “ação penal”, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- b) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
- c) O perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.
- d) No caso de morte do acusado, o juiz somente à vista da certidão de óbito, e depois de ouvido o Ministério Público, declarará extinta a punibilidade.
- e) A representação será irretroatável, depois de recebida a denúncia.



## PROVA DISCURSIVA (2 QUESTÕES)

1. Destaque as duas Folhas de Respostas existentes no final desta Prova Discursiva (NÃO destaque as folhas de rascunhos).
2. Preencha seu Número de Identificação, nas duas folhas, conforme as instruções dadas na capa deste Caderno de Provas.
3. Escreva suas respostas à caneta, em cada quadro apropriado das Folhas de Respostas, com letra legível, não ultrapassando os espaços concedidos.

### QUESTÃO I

**Parte 1)** Discorra sobre os direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, abordando conceito, diferenças, exemplos e legitimidade do Ministério Público para sua defesa (use, no máximo, 20 linhas em sua resposta).

**Parte 2)** O Ministério Público tem legitimidade para defender em juízo direitos individuais indisponíveis? Justifique sua resposta (use, no máximo, 10 linhas em sua resposta).

### QUESTÃO II

Em 23 de janeiro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), que, dentre outras medidas, acrescentou ao Código de Processo Penal o art. 28-A, instituindo o Acordo de Não Persecução Penal, cabível nos casos de infração penal praticada sem violência ou grave ameaça e com pena privativa de liberdade mínima inferior a 4 anos, desde que atendidos determinados requisitos estatuídos na lei, tendo por efeito a extinção da punibilidade do agente investigado, uma vez cumpridas as condições que lhe tiverem sido impostas. Gaio estava sendo processado por crime de furto qualificado por rompimento de obstáculo, com pena mínima de 2 anos de reclusão, praticado contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no dia 20 de janeiro de 2019, tendo a denúncia sido recebida pelo Juízo Federal em 20 de janeiro de 2020. Na resposta à acusação, a defesa de Gaio alegou preliminarmente que ele atendia aos requisitos do art. 28-A do CPP e, por isso, fazia jus à celebração de ANPP, o qual, de fato, foi proposto pelo Ministério Público Federal, após ser intimado para se manifestar sobre a resposta do réu. Logo em seguida, realizou-se audiência na qual o ANPP foi aceito pelo acusado e homologado pelo Juízo Federal.

**Disserte fundamentadamente sobre o acerto, ou o erro, da propositura e homologação do ANPP na situação hipotética exposta no enunciado.**

**ATENÇÃO!** A resposta deverá abordar, no mínimo, os seguintes pontos: 1) aplicação da lei penal no tempo; 2) aplicação da lei processual penal no tempo; 3) distinção entre lei penal material, processual e mista; 4) natureza da norma (material, processual ou mista) que institui o ANPP, tendo em vista que seu cumprimento enseja a decretação da extinção da punibilidade.

RASCUNHO – NÃO DESTAQUE ESTA FOLHA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – VOCÊ PODE LEVAR ESTA FOLHA CONSIGO, CASO QUEIRA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – VOCÊ PODE LEVAR ESTA FOLHA CONSIGO, CASO QUEIRA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



RASCUNHO – VOCÊ PODE LEVAR ESTA FOLHA CONSIGO, CASO QUEIRA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – VOCÊ PODE LEVAR ESTA FOLHA CONSIGO, CASO QUEIRA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PREENCHA SOMENTE O SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO – DESTAQUE ESTA FOLHA

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

0 2 6 1

**FOLHA DE RESPOSTA À QUESTÃO I**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	

33	
34	
35	

ESPAÇO EM  
BRANCO



PREENCHA SOMENTE O SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO – DESTAQUE ESTA FOLHA

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

0 2 6 1

**FOLHA DE RESPOSTA À QUESTÃO II**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	

33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	

ESPAÇO EM BRANCO